

Adriano Tadeu Mottin Kochanowski

**ÉTICA PROFISSIONAL E ARQUIVOLOGIA NA  
COMPLEXIDADE DOS ARQUIVOS MÉDICOS**

Porto Alegre, novembro de 2009

Adriano Tadeu Mottin Kochanowski

## **ÉTICA PROFISSIONAL E ARQUIVOLOGIA NA COMPLEXIDADE DOS ARQUIVOS MÉDICOS**

Trabalho de Conclusão de Curso, pré-requisito para a colação de grau de Bacharel em Arquivologia, do Curso de Arquivologia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Marlise Giovanaz

Porto Alegre, novembro de 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Carlos Alexandre Netto

Vice Reitor: Rui Vicente Oppermann

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretor: Ricardo Schneiders da Silva

Vice Diretora: Regina Helena Van der Lann

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Chefe: Ana Maria Moura

Chefe Substituta: Helen Rozados

COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA - COMGRAD/AQL

Coordenadora: Maria do Rocio Fontoura Teixeira

Vice Coordenadora: Iara Conceição Bitencourt Neves

K76e Kochanowski, Adriano Tadeu Mottin  
Ética profissional e arquivologia na complexidade  
dos arquivos médicos / Adriano Tadeu Mottin  
Kochanowski. - Porto Alegre, 2009.  
41 f.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) –  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.  
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Curso  
de Graduação em Arquivologia. Porto Alegre, 2009.  
Orientador: Marlise Giovanaz

1. Arquivologia. 2. Ética profissional. 3. Arquivista.  
4. Arquivos médicos. I. Giovanaz, Marlisen. II. Título.

CDU: 930.251:174

Bibliotecária responsável: Larissa Teresa M. Kochanowski CRB10/1442

Departamento de Ciências da Informação

Rua: Ramiro Barcelos, 2705

Bairro Santana – Porto Alegre - RS

CEP: 90035-007

Tel: (51) 3308-5067

Fax: (51) 3308-5435

Email: [fabico@ufrgs.br](mailto:fabico@ufrgs.br).

## **RESUMO**

Aborda a ética do ponto de vista filosófico dentro de uma instituição de atendimento médico psiquiátrico e psicológico. Utiliza a observação do comportamento dos profissionais da instituição para o desenvolvimento do trabalho. Apresenta a ética deontológica e sua aplicação no comportamento do indivíduo inserido dentro de uma sociedade ou categoria profissional. Comenta a teoria do pensamento de Immanuel Kant e suas aplicações na ética moderna e dentro das organizações. Discute a ética profissional, colocando os principais pontos de convergência entre os códigos de ética de médicos, psicólogos e arquivistas. Apresenta a Fundação, nome genérico adotado para referenciar a entidade onde foram feitas as observações e o desenvolvimento do sistema de arquivo médico. Faz referência ao fundador da entidade, professor da faculdade de medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, David Zimmermann. Demonstra a estrutura da entidade, fazendo um diagnóstico dos problemas estruturais e comportamentais que motivaram este trabalho. Ressalta a importância do profissional arquivista dentro de uma unidade de informação, no cumprimento do dever ético de conforme as necessidades imediatas de ação, sem onerar uma instituição de caráter filantrópico. Destaca alguns dos preceitos do código de ética do arquivista comentando os tópicos voltados para o trabalho na Fundação. Conclui com a importância do conhecimento e autoconhecimento que o trabalho oportunizou, comentando a dificuldade de fazer cumprir um código de ética em instituições que não tem direcionamento neste sentido, revelando a necessidade de experiência na área de arquivologia para a preservação do bom andamento dos processos executados pelos arquivistas, cumprindo prazos de entrega de atividades e conquistando o respeito de todos os setores da empresa.

## **PALAVRAS CHAVE**

Trabalho de Conclusão de Curso. Ética Profissional. Código de Ética do Arquivista.

## **ABSTRACT**

Addresses the ethics of the philosophical point of view within an institution for psychiatric care and psychological . Displays deontological ethics and its application in the behavior of the individual embedded within a company or professional group. Comments on the theory of Immanuel thought of Kant and its applications in modern ethics and within organizations. Discusses professional ethics, putting the main points of convergence between the codes of ethics of physicians, psychologists and archivists. Displays the Fundação, an organization where the observations were made and development of the medical records. It refers to the entity's founder, Professor Faculty of Medicine, Federal University of Rio Grande do Sul, David Zimmermann. Demonstrates the structure of the entity, making a diagnosis of structural and behavioral problems that motivated this work. Emphasizes the importance of the professional archivist in a unit of information in compliance with the ethical duty as required immediate action, without placing a philanthropic institution. Highlights some of the provisions of the code of ethics for archivists commenting on the topics focused on the work in Fundação. It concludes with the importance of knowledge and self-knowledge that the job opportunity, commenting on the difficulty of enforcing a code of ethics in institutions that has no direction to this effect, revealing the need for experience in archival to preserve the proper conduct of processes performed by archivists, meeting deadlines, activities and earning the respect of all sectors of the company.

## **KEYWORDS**

Work Completion of Course. Professional Ethics. Code of Ethics Archivist

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>7</b>
<b>2 ÉTICA, MORAL E VALORES</b>	<b>9</b>
<b>3 ÉTICA DEONTOLÓGICA</b>	<b>12</b>
<b>4 DIFERENTES DEFINIÇÕES DE ÉTICA NA MODERNIDADE</b>	<b>13</b>
<b>5 ÉTICA PROFISSIONAL</b>	<b>14</b>
<b>6 O PROFISSIONAL INDIVIDUALISTA E OS ASPECTOS ÉTICOS</b>	<b>15</b>
<b>7 ÁREA DA INFORMAÇÃO E COLETIVIDADE PROFISSIONAL</b>	<b>16</b>
<b>8 ÉTICA MÉDICA PARA INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS EM SAÚDE MENTAL</b>	<b>17</b>
<i>8.1 O código de ética do psicólogo</i>	<b>18</b>
<i>8.2 O código de ética médica</i>	<b>20</b>
<i>8.3 O código de ética do arquivista</i>	<b>21</b>
<b>9 FUNDAÇÃO: A INSTITUIÇÃO</b>	<b>24</b>
<b>10 DAVID ZIMMERMANN, O IDEALIZADOR E FUNDADOR DA FUNDAÇÃO</b>	<b>26</b>
<b>11 CARACTERÍSTICAS DOS ARQUIVOS DA ÁREA DE SAÚDE MENTAL</b>	<b>27</b>
<b>12 O SISTEMA DE ARQUIVOS DA FUNDAÇÃO</b>	<b>28</b>
<b>13 A ÉTICA E OS SISTEMAS ELETRÔNICOS DE BUSCA</b>	<b>29</b>
<b>14 PRONTUÁRIOS ELETRÔNICOS E O SISTEMA EMED</b>	<b>29</b>
<b>15 DADOS PRELIMINARES – CONHECENDO A FUNDAÇÃO</b>	<b>31</b>
<b>16 O TRABALHO</b>	<b>34</b>
<b>17 NOSSOS PRINCÍPIOS ÉTICOS E A REALIDADE</b>	<b>36</b>
<b>18 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>40</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>42</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi desenvolvido como pré-requisito para a colação de grau de Bacharel em Arquivologia, do curso de Arquivologia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Tem como objetivo o entendimento por parte dos profissionais arquivistas do que é ética profissional dentro de uma instituição médica. Os objetivos específicos são de entendimento do aspecto filosófico da ética; do comportamento humano dentro de uma organização; além da identificação das similaridades dos códigos de ética de arquivistas, médicos e psicólogos e suas imposições em um sistema arquivístico de organização de prontuários.

Nossos problemas foram entender a ética profissional como uma conduta do bem fazer e bem agir, sem projetar apenas os ganhos pessoais e fazer com que a instituição ficasse escrava do nosso trabalho; a manutenção do sistema sem necessidade sistemática da nossa intervenção ou de um contrato vitalício. Também era preciso pensar em soluções realistas do ponto de vista material, sem propor algo que estava fora do alcance financeiro da entidade. Finalmente, fazer com que a diretoria observasse a importância da mudança nas ações pouco éticas dos profissionais envolvidos, médico, psicólogos e apoio administrativo.

Para que nosso trabalho fosse possível, utilizamos a metodologia da observação dos profissionais dentro de uma instituição de atendimento médicos, nas áreas de psicologia e psiquiatria, comparando com a abordagem do conceito de ética existente na literatura. No primeiro capítulo destacamos a ética, a moral e os valores, demonstrando a diferença entre eles e de como ao mesmo tempo se completam.

Em seguida a ética deontológica, que trata especificamente das teorias que sustentam que o dever precisa ser determinado por regras particulares das ações dos indivíduos em sociedade. Na ética na modernidade, mostraremos como os sentimentos individuais e coletivos se confundem, principalmente em uma sociedade voltada para a idéia de sobrevivência na satisfação do ser humano.

Em ética profissional, a forma como grupos de profissionais regulamentam os códigos de ética direcionando o comportamento humano e o reconhecimento do

padrão de conduta dessas classes nas ações dentro da sociedade. Na abordagem dos códigos de ética do arquivista, do médico e do psicólogo, faremos o destaque dos itens inerentes a este trabalho específico, portanto um recorte do que interessava apenas ao trabalho de desenvolvimento do sistema de arquivos médicos da instituição.

Apresentaremos a Fundação (nome fictício, já que consideramos a falta de ética na divulgação do nome da instituição), local das nossas observações e do desenvolvimento do trabalho, destacando a estrutura da entidade e suas características de atendimento médico. Posteriormente o seu fundador, David Zimmermann, seu histórico e importância para a área médica no tratamento da saúde mental da comunidade porto alegreense.

Nos capítulos posteriores abordamos as características dos arquivos de instituições de tratamento da saúde mental, seguindo dos arquivos médicos da Fundação e nosso primeiro contato com a realidade da entidade. Por fim, trata do trabalho desenvolvido na Fundação e das nossas considerações finais, comparando a realidade e a literatura apresentadas.

## 2 ÉTICA, MORAL E VALORES

Ética, moral e valores. Podem parecer a mesma coisa, mas essas três vertentes do comportamento humano (ou das formas de regramento do comportamento humano) possuem diferentes definições. Todas têm influência no modo como nossa sociedade se desenvolveu ao longo dos séculos, norteando a conduta do homem e definindo quais são seus direitos e deveres dentro do contexto social no qual ele vive. Porém, apesar da distinção, ética, moral e valores se complementam. Primeiramente, a definição de ética passa pela definição da derivação da palavra em grego – *ethos* - que significa usos e costumes. Maria Teresa Cirne (2002, p.121) resume ética como “o domínio da filosofia que procura determinar a finalidade da vida humana e os meios de a alcançar”.

No contexto histórico do que é ética Guimarães (2009, p. 96) observa que

“...a ética remonta da classificação aristotélica dos saberes em teóricos (de natureza descritiva e próprios das ciências da natureza), *poiéticos* (de natureza eminentemente normativa e inerentes às tecnologias e às artes) e práticos, em cujo âmbito se inseriam a sua concepção de ética, que buscavam orientar-nos sobre o que devemos fazer para conduzir nossa vida de uma maneira boa e justa.”

Já na Idade Média, o pressuposto para a felicidade, bem como o conceito de bem agir e de bem fazer, eram definidos pela igreja, padronizando o comportamento de quem buscava por Deus e a iluminação espiritual, vinculando a boa ação e a boa prática à divindade. Somente durante o Iluminismo, no século XVII, com a exaltação do poder da razão e do ideal do conhecimento crítico, foi possível atribuir ao ser humano o livre arbítrio, portanto a responsabilidade por suas ações (GUIMARÃES, 2009, p. 96).

Teresa Cirne (2002, p. 121) diz que, em termos científicos, que “ética tem por objetivo o juízo de apreciação com vista à distinção entre o bem e o mal”. Partindo

destes princípios, Rodrigues (2006, p.36) defende que ética é a Ciência da conduta. Ela justifica claramente esta afirmação quando cita Du Mont (1991):

“Ética é um conjunto de regras que devem ser seguidas para o bem da sociedade, mas não necessariamente implicam em punição, e apela-se então para a consciência de cada um, tencionando-se não passar sobre os valores morais na busca dos próprios interesses.”

Notadamente, misturou-se ética, moral e valores. Buscando uma definição mais sucinta de ética, Motta (1984) diz que é o “conjunto de valores que orientam o comportamento do homem em relação aos outros homens na sociedade em que vive, garantindo, outrossim, o bem-estar social”. Guimarães (2009, p. 95) define que ética se diferencia da moral quando “...busca refletir sobre a vida moral em si, e por conseguinte, sobre as diferentes morais no espaço e no tempo”.

Se ética define diretamente o pensamento sobre um conjunto de ações e o comportamento humano, podemos dizer que a ética é o aspecto intelectual no campo das ações, é a teoria do bem fazer. Essa teoria depende do contexto social no qual vivemos, da comunidade da qual fazemos parte – enfim, depende da coletividade.

A moral, na transição da palavra *ethos* do grego para o latim, tem raiz nas palavras *mos* e *moris*, partindo do princípio que esta complementa a ética no sentido do bem fazer e do bem estar social. Guimarães (2009, p. 95) define moral como referência às “...ações desenvolvidas em um universo concreto, geográfica e temporalmente delimitado”. Moral é definida por Vasquez (1998) como o

“...sistema de normas, princípios e valores, segundo o qual são regulamentadas as relações mútuas entre os indivíduos ou entre estes e a comunidade, de tal maneira que estas normas, dotadas de um caráter histórico e social, sejam acatadas livres e conscientemente, por uma convicção íntima, e não de uma maneira mecânica, externa ou impessoal”.

Essa convicção íntima, de foro pessoal, sem levarmos em conta o contexto

social em que vivemos é que difere ética de moral. Na nossa convivência em sociedade somos seres com uma determinada moral, interagindo com outros indivíduos com convicções íntimas por vezes diferentes, mas que seguem um conjunto de regras sociais definidas pelo pensamento e comportamento ético (coletivo).

A sutileza destas diferentes formas de racionalização da ação individual e coletiva nos leva a definição do que são os valores, que segundo Cohen (1994) é

“...uma crença duradoura em um modelo específico de conduta ou estado de existência, que é pessoalmente ou socialmente adotado, e que está embasado em uma conduta preexistente. Os valores podem expressar os sentimentos e o propósito de nossas vidas, tornando-se muitas vezes a base de nossas lutas e dos nossos compromissos.”

Lopes de Sá (1998, p. 21) nos escreve que valor é “uma expressão de um aspecto de aferição sobre o que se elege, escolhe ou se atribui uma preferência”. Enfatiza que esse é o sentido filosófico, diferente de expressão da grandeza de cunho material. Um dos aspectos interessantes que Lopes de Sá coloca é que “quando o que se escolhe ou se elege torna-se um objetivo da vontade, quando a eleição se transforma em dever, torna-se um valor”.

Ele compara o valor que tem o dinheiro para os americanos em relação à honra para os orientais. Podemos estabelecer esses valores, determinando o que buscamos na nossa vida, na nossa existência; alguns indivíduos buscam muito dinheiro, outros buscam relacionamentos e amigos verdadeiros, outros buscam paz de espírito e tranquilidade, sendo que para cada indivíduo o valor pode ser material, ou mesmo um estado de espírito.

### 3 ÉTICA DEONTOLÓGICA

Considerando o foco do nosso trabalho, abordando os aspectos éticos em uma instituição de atendimento médico, falaremos sobre ética deontológica. Deontologia, derivação da palavra grega *deón* e *déontos* – que significa dever e *logos*, que significa discurso ou tratado – tenta definir uma ação independentemente das conseqüências que estas ações possam causar.

Teorias deontológicas sustentam que o dever precisa ser determinado por regras bem particulares em cada ação do indivíduo. Isso é o que defende Immanuel Kant (1724 – 1804), pensador iluminista que foi um dos maiores defensores da razão do indivíduo no aspecto comportamental, definindo-o como um pensador racionalista. Para entender a abordagem que Kant desenvolveu na sua teoria ética, é útil começar por uma idéia do senso comum que ele rejeita. Trata-se da idéia de que a razão tem apenas um papel "instrumental" como guia da ação. A razão não nos indica quais devem ser os nossos objetivos; em vez disso, indica o que devemos fazer a partir de objetivos pré-existentes.

Dizer que a razão é puramente instrumental é dizer que ela é simplesmente um instrumento que te ajuda a atingir objetivos que foram determinados por outra coisa diferente da razão. Kant (2003) define em seu livro, escrito em 1785 - *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* – que raramente as ações são produzidas pelas crenças e desejos não racionais do agente. Agimos por afinidade em crenças e desejos, com meios e fins para atingir nossos objetivos.

Porém, quando agimos por dever, agimos de acordo com nossa moral, de foro mais íntimo, com valores muito mais racionalizados, fruto de profunda reflexão.

#### 4 DIFERENTES DEFINIÇÕES DE ÉTICA NA MODERNIDADE

Negar que os aspectos éticos pautam nossas vidas seria o mesmo que negar o impulso que nos move para atingir certos níveis econômicos, sociais e psicológicos, já que dependem da vontade humana e da nossa sobrevivência. Esses fatores de quantificação das coisas materiais ou de medição do estado mental do ser humano estão intimamente ligados com nossa condição moral. A aprovação ou desaprovação, íntima ou coletiva de como conquistamos o que almejamos, é a grande questão da ética moderna. Giovanni Vidari (apud LOPES DE SÁ, 1998, p. 42), enfoca a ética sobre o prisma da dignidade, descrevendo que ética é a ciência que

“...obedece ao critério segundo a conduta e a vontade em tal modo aprovada se distinguem, ou ainda, ...é a norma segundo a qual se opera e deve operar a vontade em tal conduta, e qual o fim que na mesma e para essa se deve cumprir...relações de valor estão com observância daquela norma e a obtenção daquele fim as diversas formas de conduta, individual e coletiva, tais como se apresentam na sociedade e na época à qual pertencemos.”

A ética na modernidade como podemos ver, não foge dos padrões éticos tradicionais desde que tomaram forma na evolução das sociedades e na história do comportamento humano. Kant (apud LOPES DE SÁ, p. 36) era um pensador moderno, quando demonstra que o dever - antes de qualquer definição de ética - é o de ser feliz, “dentro dos limites da razão inspirados pela boa vontade”. Complementa que na prática, o duplo sentido entre a “satisfação do ser” e o “impedimento dos atos antiéticos” são confrontados todos os dias com o aumento do desemprego, gerando as mazelas sociais, como a pobreza, a criminalidade e a prostituição. Filosofando sobre a conduta social que norteia o comportamento humano, nada é tão moderno quanto a sua afirmação:

“Poder, riqueza, honra, mesmo a saúde, e todo o bem-estar e contentamento com sua sorte, sob o nome de felicidade, dão ânimo que, muitas vezes, por isto mesmo desanda em soberba, se não existir também a boa vontade que corrija sua influência sobre a alma e juntamente todo o princípio de agir e lhe dê utilidade geral... a vontade parece constituir a condição indispensável do próprio fato de sermos dignos de felicidade”.

Se o pensamento ético moderno nos apresenta os dilemas entre o bem estar e o bem fazer consciente como busca da felicidade, frente ao paradigma do comportamento humano dentro das relações sociais de sobrevivência, com a escassez de emprego e aumento da pobreza, faremos uma abordagem de ética no contexto profissional.

## **5 ÉTICA PROFISSIONAL**

Os capítulos anteriores colocam dentro da definição de ética, três palavras fundamentais: norma, conduta e coletividade. A norma é um conjunto de leis ou regras que regulamentam a convivência dentro de um grupo social. Conduta é o comportamento, ou ações do indivíduo dentro do círculo social no qual ele está inserido. Coletividade é o grupo em si, e a interatividade entre os vários indivíduos que fazem parte deste grupo social. Cada trabalhador tem responsabilidades individuais e responsabilidades sociais. Os grupos de profissionais em cada uma das atividades de trabalho desenvolvidas pelo ser humano são também grupos sociais. Lopes de Sá (1998, p. 102) define que

“Cada conjunto de profissionais deve seguir uma ordem que permita a evolução harmônica do trabalho de todos, a partir da conduta de cada um, através de uma tutela no trabalho que conduza a regulação do individualismo perante o coletivo.”

Cada uma das classes trabalhadoras deve ter e seguir regras de conduta para que o grupo pratique ações de forma integrada, sem que uma parcela dos indivíduos deixe de agir como uma unidade de classe. Desta forma defendemos a padronização das ações, sem o prejuízo do grupo inteiro, preservando o bem comum. Teresa Cirne (2002, p.123) define ética profissional como algo que

“...estuda e regula o relacionamento do agente profissional com as pessoas com as quais lida por força da sua própria situação profissional, visando a dignidade humana e a construção do bem-estar no contexto sócio-cultural onde exerce a sua profissão.”

Todas as profissões possuem códigos de éticas pautadas nas normas e na moral específicas de cada profissional. Como vimos, o que pretendemos é discutir a moral em si, muito antes dos aspectos legais que obrigam ao bom comportamento profissional. A questão é filosófica, em uma abordagem do pensamento da ação correta, da dignidade do profissional antes do medo da retaliação legal ou da improbidade das ações.

## **6 O PROFISSIONAL INDIVIDUALISTA E OS ASPECTOS ÉTICOS**

No mundo em que vivemos cada vez mais os interesses pessoais estão acima dos interesses coletivos. Pessoas que trabalham para conquistar somente a ascensão material possuem uma visão restrita e equivocada do que é a felicidade.

No mundo capitalista, estratégias de marketing evocam o lado mais egocêntrico do ser humano. Se o valor que o indivíduo representa para a sociedade onde vive é a soma do capital e da capacidade de compra dos seus lucros, então esta mesma sociedade é valorada pela capacidade de geração de renda das frações desta sociedade. Nas profissões não é diferente.

Em profissões tradicionais, ou áreas mais antigas da ciência, como medicina,

direito, engenharia; o profissional reconhecido dentro de seu meio social parece sempre ser aquele que acumulou mais riqueza. Se estes profissionais estão no topo da cadeia social e produtiva e do reconhecimento profissional dentro de uma sociedade capitalista e monetarista, são a influência e também influenciados por essa mesma sociedade em forma de retroalimentação. Nós consumimos e também somos consumidos pelo desejo de crescimento profissional para suprir nossas necessidades financeiras.

Principalmente dentro da área médica, que é uma das profissões mais valorizadas entre todas as outras, muitas vezes o médico precisa tomar decisões que podem determinar a vida e a morte das pessoas, decisões tomadas em conjunto com outros médicos ou sozinho, o que confere responsabilidade, confere certo ar de divindade ao médico e transmite aos mais suscetíveis uma grande sensação de poder do profissional sobre o paciente, acarretando mais valor e mais rendimento aos melhores neste aspecto. Como vemos, na maioria das vezes, a soberba supera o “fazer o bem pelo bem em si, sem foco no resultado pessoal”; o senso do dever direcionado para o bem comum.

## **7 ÁREA DA INFORMAÇÃO E COLETIVIDADE PROFISSIONAL**

Profissão e ocupação determinam áreas em que indivíduos especializados atuam. Cada um destes indivíduos desenvolve habilidades em diferentes áreas da ciência, o que difere um grupo de profissionais de outro, como grupos sociais diferentes. Estudamos e concluímos uma graduação para que nos tornemos uma autoridade em nossas áreas de atuação. Comentam com muita propriedade Cunha e Crivellari (2004) o seguinte,

“...a formação profissional assume um papel crucial, pelo fato de o diploma constituir-se no principal fundamento do direito à autoridade. A profissão possui, ainda, uma dimensão normativa e valorativa, que define seu papel social e hierárquico no conjunto da sociedade e em relação a outras profissões. São as associações profissionais, os sindicatos e o Estado que desempenham esse papel normalizador.”

Se o conceito de profissão está ligado aos saberes cognitivos, ocupação está ligada ao conjunto de funções, tarefas e operações atribuídas ao trabalhador.

Uma instituição que produz informação e conhecimento, com restrições legais e éticas para o acesso à estas informações, estabelece níveis hierárquicos de acesso e cria um ambiente que deve ser estudado pelo profissional da área da informação. O arquivista deve levar em conta a coletividade profissional dentro de uma entidade, seja ela pública ou particular, sem esquecer-se de estabelecer regras para fazer o controle dos sistemas de arquivo.

## **8 ÉTICA MÉDICA PARA INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS EM SAÚDE MENTAL**

São muitos os códigos de ética nas mais variadas profissões. Como o nosso objetivo é abordar questões éticas dentro de uma instituição de atendimento médico nas áreas de psicologia, psiquiatria e arquivologia. Faremos uma leitura rápida dos códigos de ética do psicólogo e do médico. Estes códigos possuem sua origem na deontologia ética, em que os grupos ou sociedades fazem um tratado, com um conjunto de regras - ou de deveres de seus associados - que obrigam e estabelecem diretrizes padronizando as ações de seus membros. Após a apresentação da instituição e do seu fundador, falaremos do código de ética do arquivista, com comentários pertinentes ao ambiente da Fundação – especializada em atendimento em saúde mental.

### 8.1 O Código de Ética do Psicólogo

Este código é a terceira versão desenvolvida até o presente, sempre passando por aprimoramentos e pela aprovação do Conselho Nacional de Psicologia. Analisando os Códigos de Ética Médica e do Arquivista, é o mais completo e detalhado relacionando as duas profissões, com respeito pelo paciente; a excelência na elaboração dos documentos; controle ao acesso aos prontuários e sigiliosidade de informações; colaboração e elaboração de pesquisas com pacientes.

Destaca a valorização dos princípios fundamentais como grandes eixos que devem orientar a relação do psicólogo com a sociedade, a profissão, as entidades profissionais e a ciência. Busca refletir sobre o contexto social e institucional do atendimento do psicólogo, debatendo os direitos individuais e coletivos, questão crucial para as relações que estabelece com a sociedade, os colegas de profissão e os usuários ou beneficiários dos seus serviços. Outros pontos que consideramos importantes do código de ética do psicólogo são os seguintes:

- Estabelecer acordos de prestação de serviços que respeitem os direitos do usuário ou beneficiário de serviços de Psicologia;
- Orientar a quem de direito sobre os encaminhamentos apropriados, a partir da prestação de serviços psicológicos, e fornecer, sempre que solicitado, os documentos pertinentes ao bom termo do trabalho;
- Ser conivente com erros, faltas éticas, violação de direitos, crimes ou contravenções penais praticados por psicólogos na prestação de serviços profissionais;
- Emitir documentos sem fundamentação e qualidade técnico-científica;
- Desviar para serviço particular ou de outra instituição, visando benefício próprio, pessoas ou organizações atendidas por instituição com a qual mantenha qualquer tipo de vínculo profissional;

- Realizar diagnósticos, divulgar procedimentos ou apresentar resultados de serviços psicológicos em meios de comunicação, de forma a expor pessoas, grupos ou organizações.
- Compartilhar somente informações relevantes para qualificar o serviço prestado, resguardando o caráter confidencial das comunicações, assinalando a responsabilidade, de quem as receber, de preservar o sigilo.
- É dever do psicólogo de respeitar o sigilo profissional a fim de proteger, por meio da confidencialidade, a intimidade das pessoas, grupos ou organizações, a que tenha acesso no exercício profissional.
- Nos documentos que embasam as atividades em equipe multiprofissional, o psicólogo registrará apenas as informações necessárias para o cumprimento dos objetivos do trabalho.
- O psicólogo, na realização de estudos, pesquisas e atividades voltadas para a produção de conhecimento e desenvolvimento de tecnologias:
  1. Avaliará os riscos envolvidos, tanto pelos procedimentos, como pela divulgação dos resultados, com o objetivo de proteger as pessoas, grupos, organizações e comunidades envolvidas;
  2. Garantirá o caráter voluntário da participação dos envolvidos, mediante consentimento livre e esclarecido, salvo nas situações previstas em legislação específica e respeitando os princípios deste Código;
  3. Garantirá o anonimato das pessoas, grupos ou organizações, salvo interesse manifesto destes;
  4. Garantirá o acesso das pessoas, grupos ou organizações aos resultados das pesquisas ou estudos, após seu encerramento, sempre que assim o desejarem.

O novo código entrou em vigor em 27 de agosto de 2005. Todos os destaques transcritos fazem referência aos pontos convergentes com o Código de Ética do Arquivista, e com o que consideramos orientações importantes para o trabalho conjunto com o arquivista.

## 8.2 O Código de Ética Médica

Os pontos principais do Código de Ética Médica, aprovadas pelo Conselho Federal de Medicina, seguirão as mesmas diretrizes do código de ética do psicólogo. Traremos apenas os aspectos que consideramos importantes para o trabalho em conjunto, médico e arquivista – ou produtor de documentos e gestor dos documentos. Começaremos com o artigo 11º que diz:

“O médico deve manter sigilo quanto às informações confidenciais de que tiver conhecimento no desempenho de suas funções. O Mesmo se aplica ao trabalho em empresas, exceto nos casos em que seu silêncio prejudique ou ponha em risco a saúde do trabalhador ou da comunidade.”

É um artigo que denota claramente a preocupação em colocar o profissional como responsável por todo o atendimento feito, mesmo dentro de empresa especializada em saúde. Sabemos que existem dois responsáveis pelas informações, pessoa física (médico) e jurídica (empresa).

Destacamos outros artigos do código que influenciam diretamente o trabalho do profissional arquivista:

Art. 69 - Deixar de elaborar prontuário médico para cada paciente.

Art. 70 - Negar ao paciente o acesso a seu prontuário médico, ficha clínica ou similar, bem como deixar de dar explicações necessárias à sua compreensão, salvo quando ocasionar riscos para o paciente ou para terceiros.

Art. 71 - Deixar de fornecer laudo médico ao paciente, quando do encaminhamento ou transferência para fins de continuidade do tratamento, ou na alta, se solicitado

Art. 108 - Facilitar manuseio e conhecimento dos prontuários, papeletas e demais folhas de observações médicas sujeitas ao segredo profissional, por pessoas não obrigadas ao mesmo compromisso.

Este último parece ser o mais importante, que coloca claramente porque os dois profissionais devem ter respeito pelo trabalho no arquivo e com as informações colocadas nos documentos.

### *8.3 O Código de Ética do Arquivista*

A AAB (Associação dos Arquivistas Brasileiros) aprovou e divulgou em 1997 um Código de Ética sucinto e completo, que transcreveremos na íntegra. São 14 direitos e obrigações e 4 proibições:

#### 1. Dos deveres e obrigações:

1.1 O arquivista deve respeitar os princípios arquivísticos e as normas reconhecidas internacionalmente, particularmente o princípio da proveniência, de forma a garantir a integridade dos arquivos, para que eles possam se constituir em provas jurídicas e em testemunho permanente do presente e do passado.

1.2 A atuação do arquivista deve ser sempre orientada pela objetividade e imparcialidade, vis-à-vis os interesses de seus empregadores, proprietários de arquivos e usuários.

1.3 O arquivista deve incentivar a implantação de uma política de gestão de documentos na instituição em que atua, através do diálogo com seus empregadores e de palestras que visem conscientizar a todos sobre o ciclo vital dos documentos, e o papel dos arquivos no processo decisório da instituição.

1.4 Por lidar com informações, o arquivista deve assegurar sempre a transparência administrativa e a comunicabilidade dos documentos.

1.5 A atuação do arquivista nas atividades de avaliação dos documentos deve levar em consideração a proposta da instituição que os detém, a legislação em vigor e o desenvolvimento da pesquisa.

1.6 O arquivista deve comprometer-se com uma política correta de recolhimento, atuando cooperativamente com os gestores de documentos, de maneira a garantir, desde a origem, os procedimentos destinados à proteção dos documentos de valor permanente.

1.7 O arquivista deve assegurar a autenticidade e a integridade dos documentos nos trabalhos de processamento técnico e de conservação.

1.8 O arquivista deve comprometer-se com uma política correta de recolhimento, atuando cooperativamente com os gestores de documentos, de maneira a garantir, desde a origem, os procedimentos destinados à proteção dos documentos de valor permanente.

1.9 O arquivista deve respeitar a legislação em vigor referente ao acesso e sigilo, particularmente no que diz respeito à vida privada das pessoas relacionadas à origem ou ao conteúdo dos documentos.

1.10 Na comunicabilidade dos documentos, o arquivista deve respeitar os limites impostos pela política das instituições das quais dependem a necessidade de preservar os documentos, a legislação e a regulamentação, os direitos dos indivíduos e os acordos com os doadores.

1.11 O arquivista deve dispensar a todos os usuários um tratamento cordial, empenhando-se em atendê-los com rapidez e eficiência.

1.12 O arquivista deve acompanhar o progresso das pesquisas e as inovações desenvolvidas no campo arquivístico de forma a garantir seu aprimoramento profissional e a competente formação da equipe sob sua responsabilidade.

1.13 O arquivista deve manter o espírito de colaboração e de respeito ao desenvolver trabalhos de cooperação técnica com profissionais de áreas afins, no âmbito ou não da esfera governamental.

1.14 O arquivista deve favorecer o retorno aos seus países de origem dos documentos públicos que tenham sido retidos em tempo de guerra ou de ocupação.

## 2. Das proibições:

2.1 O arquivista não deve colecionar pessoalmente documentos originais em respeito à integridade dos fundos.

2.2 É vetada a participação do arquivista no comércio ilegal de documentos.

2.3 O arquivista não deve utilizar nem revelar a terceiros informações contidas em documento cujo acesso é restrito por lei, ou por acordo entre as partes.

2.4 O arquivista não deve comentar com os usuários sobre as pesquisas em andamento de outros consulentes, sem a prévia autorização destes.

O objetivo deste código foi de fornecer ao profissional de arquivo regras de conduta no exercício da profissão; aos que estão atuando na guarda, conservação, organização, controle e administração de arquivos.

## 9 FUNDAÇÃO: A INSTITUIÇÃO

A Fundação é uma entidade onde os aspectos éticos (ou a falta destes aspectos) internos inspiraram o nosso trabalho. Por um período de mais de um ano, observando as relações de trabalho e as atitudes profissionais nos instigaram a fazer uma análise dessas relações e rever alguns conceitos. Durante a análise da relação entre profissionais da área da psicologia, medicina e, sob o aspecto do zelo e da responsabilidade com os documentos produzidos por eles, passando a questão da ética e dos valores para a análise do profissional arquivista, avaliamos os códigos de ética de cada profissional envolvido na nossa observação: psicólogos, médicos psiquiatras e, em forma de auto-análise, os arquivistas. Apresentamos a instituição, para que o ambiente da entidade onde as ações acontecem seja entendido.

A Fundação é uma instituição de caráter privado, porém sem fins lucrativos. Para custear seus projetos, a Fundação conta com a angariação de recursos através de receitas de prestação de serviços, auxílios, doações, subvenções, contribuições, empréstimos bancários, fundos, aplicações financeiras e locações.

A Fundação iniciou suas atividades, por iniciativa do professor de medicina da UFRGS David Zimmermann, em 1987, com o intuito de melhorar a qualidade de vida das pessoas da cidade de Porto Alegre.

A instituição possui os conselhos diretor, fiscal e consultivo, além de departamentos de ensino, de assistência e administração.

Atende pacientes com problemas psicológicos e psiquiátricos variados, tendo além desta atividade fim o ensino, a pesquisa e os cursos de extensão nestas áreas. Organiza também palestras e eventos para a troca de conhecimentos entre os profissionais. O evento mais importante é realizado nos finais de ano, que são as Jornadas – encontros com psiquiatras e psicólogos para troca de experiências.

A Fundação também participa de publicações em jornais e revistas especializados.

Os serviços oferecidos pelo departamento de assistência são:

- Psicoterapia de Orientação Psicanalítica para Adultos
- Psicoterapia de Orientação Psicanalítica para Crianças e Adolescentes - individual e em grupo
- Psicoterapia de Orientação Psicanalítica para Casal e Família
- Psicoterapia de Orientação Psicanalítica para Grupos
- Clínica Psiquiátrica - avaliação, diagnóstico, tratamento farmacológico e acompanhamento do paciente
- Tratamento de Dependência Química - modernas técnicas realizadas por equipe multidisciplinar
- Teste Psicológico
- Tratamento de Transtornos Alimentares - tratamento de casos de anorexia, bulimia e comer compulsivo, realizado por equipe multidisciplinar
- Orientação Vocacional
- Psicopedagogia
- Equipe Forense
- Fonoaudiologia
- Grupo para Pais de Adolescentes
- Consultoria Psiquiátrica
- Ambulatório de Trauma

A complexidade dos atendimentos nos consultórios, concomitantemente com os problemas apresentados e relatados pelos pacientes, exigem um cuidado maior com o tipo de informação que é armazenada e tratada, tanto pelo profissional arquivista quanto pelos profissionais de saúde e da administração. A faixa etária e social também é diversificada, demonstrando que o cuidado com o atendimento por parte dos profissionais deve ser redobrado, para que todos tenham um atendimento padronizado independentemente da condição social.

A Fundação tem hoje dois endereços, sendo a sede principal – matriz - no bairro Rio Branco da capital, onde possui uma estrutura com 16 salas de atendimento, além do setor financeiro e administrativo.

Existe outra unidade de atendimento no bairro Lindóia, onde possui mais 5 salas de atendimento, além do arquivo geral da Fundação. A instituição atingiu a maioria em 2005, contando com uma capacidade ampliada de atendimento, o

que certamente é um orgulho para quem viu o nascimento e o crescimento da idealização do professor Zimmermann.

## **10 DAVID ZIMMERMANN, O IDEALIZADOR E FUNDADOR DA FUNDAÇÃO**

Conhecer o idealizador da entidade e seu histórico na prática da medicina e da psiquiatria é o objetivo deste capítulo. Formou-se em medicina em 1946 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Zimmermann foi um médico que, ao longo de 50 anos de profissão, sempre dedicou uma parte do seu tempo ao atendimento da população da capital, na maioria carente. Criado no bairro Partenon, era filho único; morava nos fundos de um terreno com os pais, que tinham no mesmo local um pequeno comércio para o sustento da família.

Em 1957, David Zimmermann criou o Curso de Especialização em Psiquiatria, da Faculdade de Medicina, da UFRGS. É o curso mais antigo do país, tornando seu trabalho reconhecido, fazendo com que se tornasse o psiquiatra e psicanalista gaúcho mais conhecido nacional e internacionalmente, sempre norteado pela busca do conhecimento e do relacionamento com colegas de outros centros.

Segundo os amigos mais próximos, sentia-se um homem feliz e realizado por tudo o que havia feito, principalmente pelo que conseguira construir nos últimos dez anos de vida. Duas conquistas importantes neste período foram os sonhos que transformou em realidade, a Fundação e a Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre (SBPPA), cuja criação e crescimento contaram com sua experiência e seu indispensável prestígio.

Na Fundação, ele deu continuidade ao seu Curso de Especialização em Psiquiatria, continuando o trabalho iniciado na UFRGS em 1957. Faleceu no dia 31 de dezembro de 1998, aos 81 anos de idade. Era casado com a psiquiatra Aida Zimmermann e teve três filhos: Sérgio (engenheiro agrônomo), Jacques e Heloisa (médicos psiquiatras, seguindo a paixão do pai).

Atualmente, o Curso de Especialização em Psiquiatria Prof. David

Zimmermann faz uma homenagem em reconhecimento a quem o idealizou.

## 11 CARACTERÍSTICAS DOS ARQUIVOS DA ÁREA DE SAÚDE MENTAL

A característica dos arquivos médicos é de que as informações que existem lá só dizem respeito ao paciente e ao médico que é o responsável pelo tratamento. Isso está previsto no código de ética médica do Conselho Federal de Medicina. Porém numa instituição de saúde - onde o número de profissionais é maior do que um consultório particular - a própria instituição deve providenciar um sistema de arquivos que propicie a guarda responsável deste tipo de informação.

Vânia Franco de Oliveira (2007) destaca:

“Os prontuários possuem valor secundário, ou seja, contém informações capazes de responder a questões diversas daquelas para as quais foram criados. Não são apenas a base do tratamento médico, são verdadeiros dossiês que podem ser utilizados para a avaliação dos serviços prestados pelo Hospital, para pesquisas na área médica e nas áreas de ciências humanas (História e Sociologia). O prontuário médico também possui valor jurídico, sendo utilizado como elemento de prova. Deve estar escrito de forma legível e conter: Ficha Clínica, Exames Complementares, Evolução Clínica, Procedimentos Cirúrgicos, Prescrição Médica, Resumo de Alta ou Óbito.”

O acesso ao prontuário médico deve ser restringido, contemplando um dos direitos básicos e constitucionais do cidadão - que é o de sigilidade dos dados a seu respeito contidos no prontuário - em que somente àqueles interessados nos dados constantes no documento devem ter conhecimento. Tratando-se de prontuários de atendimento psiquiátrico e psicológico a questão é ainda mais delicada; o comprometimento do profissional que atende ao paciente, tanto quanto do arquivista envolvido com a guarda e controle dos documentos, deveria ser muito

maior.

## **12 O SISTEMA DE ARQUIVOS DA FUNDAÇÃO**

Na Fundação existia um sistema em que todos tinham acesso aos dados pessoais dos pacientes. Os prontuários dos pacientes ficavam arquivados pelo nome do profissional que era o responsável pelo atendimento, descaracterizando a impessoalidade exigida quando se trata de atendimento clínico dentro de uma instituição. O médico, que deveria ser um colaborador, interpretava a questão do atendimento ao paciente como sendo um atendimento particular, desvinculando-se da empresa.

Com a característica do arquivamento pelo nome, esse sentimento de “posse” sobre o serviço de atendimento prestado era notório. Todos tinham acesso aos prontuários dos pacientes. Não existia um sistema de protocolo que controlasse o acesso aos prontuários, o que o código de ética médica condena. Um fato que ficou marcante - já destacado anteriormente - é o desaparecimento de 1.200 prontuários, entre os números 800 e 2.000. Estes não possuem registro de saída, tampouco para qual finalidade foram utilizados.

A partir da organização do acervo, todos os prontuários adquiriram uma característica de impessoalidade, porque começaram a ser identificados somente pelo número. Somente os funcionários e pessoal autorizado poderiam localizar os pacientes através de uma indexação disponível em sistema eletrônico (sistema eMed). Porém, sob o ponto de vista ético da discussão da localização da base de dados, um sistema disponibilizado na internet, onde o servidor que abriga as informações está localizado fora da estrutura da empresa, requer uma reflexão do ponto de vista da propriedade dos dados.

## 13 A ÉTICA E OS SISTEMAS ELETRÔNICOS DE BUSCA

Os documentos na Fundação não são criados e mantidos em ambiente eletrônico. Porém, a informática serve à Fundação como uma ferramenta de apoio administrativo, financeiro e de indexação das agendas e atendimentos da instituição.

O sistema também gera automaticamente os números dos prontuários dos pacientes. Pensamos em construir uma base de dados, já que o servidor da empresa que oferece este sistema eletrônico para a Fundação encontra-se em outro estado, com *backup* em local desconhecido dos contratantes (por razões de segurança).

Do ponto de vista ético, condenamos este tipo de contrato com empresas de gerenciamento eletrônico de dados, pois foge do controle do proprietário da informação quem e quando pessoas não autorizadas acessam essa base de dados.

## 14 PRONTUÁRIOS ELETRÔNICOS E O SISTEMA EMED

Nos últimos anos é notória a aplicação e o desenvolvimento da informática nas diversas áreas do conhecimento, sem nos darmos conta que a informática sozinha não resolve o problema principal dentro do universo das aplicações no universo arquivístico. A explosão informacional e das redes de informação, trouxeram alguns problemas para nossa área de ciências da informação, como o número ilimitado de documentos e de redes de pesquisa, a rapidez com que os documentos orgânicos são substituídos, e a preocupação com a legitimidade e a veracidade dos documentos que são concebidos, desenvolvidos e trafegados em meio eletrônico.

Aspectos legais e morais da produção e tramitação dos documentos

eletrônicos somam-se à preocupação com a conservação dos suportes digitais. Acreditamos que na Fundação o dilema estava mais ligado aos aspectos de confidencialidade e de legalidade de um sistema de prontuários eletrônicos caso fosse adotado. No caso dos prontuários eletrônicos existe uma resolução do CFM – a nº 1639 de 2002 - que aprova

"Normas Técnicas para o Uso de Sistemas Informatizados para a Guarda e Manuseio do Prontuário Médico, dispõe sobre tempo de guarda dos prontuários, estabelece critérios para certificação dos sistemas de informação e dá outras providências."

Esta resolução apresenta, no início do seu texto, o seguinte:

"...os dados que compõem o prontuário pertencem ao paciente e devem estar permanentemente disponíveis, de modo que, quando solicitado por ele ou seu representante legal, permitam o fornecimento de cópias autênticas das informações a ele pertinentes; ...que o sigilo profissional, que visa preservar a privacidade do indivíduo, deve estar sujeito às normas estabelecidas na legislação e no Código de Ética Médica, independente do meio utilizado para o armazenamento dos dados no prontuário, seja eletrônico ou em papel."

Ou seja, qualquer providência em relação à organização, preservação e manutenção do sigilo dos dados do paciente deve primeiramente seguir a preceitos éticos e morais, com a previsão da punibilidade a quem descumpra estas obrigações éticas.

Se fosse feito um projeto de digitalização dos arquivos em meio físico, juntamente com um sistema de indexação e organização dos arquivos eletrônicos, os requisitos mínimos de segurança seriam inviáveis para a Fundação.

O prazo mínimo para a guarda dos prontuários em suporte papel é de 20 anos. Se tratando a Fundação de instituição que tem como atividades fim - além do atendimento ambulatorial - o ensino, a pesquisa e a extensão, existia a necessidade de pensar na guarda permanente dos prontuários. Por isso pensamos, primeiramente em conservar o melhor possível o acervo que já existia. Depois em

criar saídas para o aumento do acervo. A saída tecnológica era muito distante da realidade financeira da Fundação.

O sistema eMed é o que atualmente controla toda a atividade fim e meio da Fundação. É um sistema que guarda as informações em um servidor que fica fora da instituição. Não acreditamos que fosse possível uma proposta viável do ponto de vista ético vincular o nosso trabalho ao trabalho do sistema Emed. O que fizemos foi utilizar ferramentas da qual a Fundação não abriria mão sem que isto interferisse na nova organização. O sistema, como já foi dito, faz todo o gerenciamento de atividade meio, como financeiro e contabilidade. Na atividade fim, controla as agendas dos profissionais, gera relatórios de atendimentos e permite que se registrem os atendimentos em forma de prontuário eletrônico. A questão ética é a seguinte: a quem pertence os dados constantes nos prontuários. Onde exatamente ficam os servidores que guardam estas informações? Onde é feito o *backup* para recuperação destas informações, em caso do servidor principal apresentar qualquer problema? Qual a garantia da preservação dos dados da instituição? Não tivemos acesso ao contrato, mas sabe-se que por questão de segurança essas informações não são divulgadas. Mas e a segurança da instituição? Esse foi um dos motivos pelos quais privilegiamos a organização dos prontuários na forma física em papel, sem considerar a idéia de prontuário eletrônico. Além disso, não existia dinheiro em caixa disponível, nem previsão futura de orçamento, para que fosse providenciada a adequação de servidores e estrutura física da entidade. Portanto a criação ou compra de uma base de dados utilizando o servidor que já existe tornou-se inviável.

## **15 DADOS PRELIMINARES – CONHECENDO A FUNDAÇÃO**

Uma nova equipe começava a trabalhar na instituição. A diretoria apostava e desejava algumas mudanças. Especificamente na área da informação, o acesso aos prontuários era demorado, apesar de ter um sistema de indexação eletrônica. Era preciso agilizar este processo. O diretor de atividade meio da Fundação, juntamente com o supervisor de ambulatório, e o gerente geral, solicitaram um projeto que

oportunizasse a melhora do sistema. A proposta inicial era de organização do acervo de prontuários médicos. Do ponto de vista ético, fiz a proposta sem me colocar como arquivista, mas sim como estudante de arquivologia, possibilitando o registro do trabalho como estagiário de arquivologia. Não foi firmado qualquer contrato, apesar da instituição ter convênio com a UFRGS. Apesar disto, qualquer trabalho deve ser pautado pela ética do profissional de informação, antes mesmo de qualquer vínculo.

Outro dado interessante foi a solicitação que foi feita pelo diretor, referindo-se à idéia de um estudo para utilização de prontuários eletrônicos. Seguindo preceitos éticos que a nossa profissão exige; que é a de não oferecer soluções onerosas à instituição, justificamos a impossibilidade do desenvolvimento de um projeto deste porte. O prontuário eletrônico necessita de uma série de requisitos tecnológicos que demandam investimentos altos, como compra e configuração de um ou mais servidores. Imagina-se que uma instituição com característica filantrópica e que arrecada em torno de R\$150.000,00 por mês, tem outras prioridades. Só a compra de um terminal e adaptação por sala de atendimento (total de 25 salas) custaria o que a Fundação arrecada em um mês. Nós não poderíamos oferecer projetos inviáveis pelo simples fato de que um dos diretores propôs essa alternativa. Cabe ao arquivista trazer o gestor para a realidade da instituição, sem que isso interfira no trabalho que vai ser desenvolvido.

Ouvindo o relato de como gostariam que o trabalho fosse feito, e dos problemas que enfrentavam, inclusive com o desaparecimento de prontuários, demora na localização dos prontuários no arquivo geral, livre acesso de qualquer pessoa aos documentos, fizemos a proposta de, primeiramente, controlar a retirada através de protocolo. Respeito aos preceitos dos códigos de ética não foi uma imposição nossa, era uma necessidade que esta direção considerava necessária.

Outra necessidade foi fruto de uma auditoria, em que os auditores solicitaram para que a organização dos prontuários fosse numérica, em que sugerimos a classificação "numérico dígito terminal". À exceção do gerente geral, recém contratado, o diretor de atividade meio e o supervisor de ambulatório fizeram uma colocação: a de que tudo tinha sido tentado nos últimos anos para se fazer o controle dos documentos, e que era difícil convencer aos demais médicos.

Havia se criado, no arquivo corrente, um hábito de guarda dos prontuários dos pacientes em ordem alfabética, primeiro em pastas suspensas pelo nome do médico ou psicólogo responsável pelo atendimento, depois, inseridos nas pastas dos

médicos e psicólogos por ordem alfabética do nome do paciente. Além disto, qualquer paciente estava tinha suas informações vulneráveis no sistema eletrônico, com todos os funcionários administrativos tendo acesso ilimitado aos documentos. Ouvíamos que os diretores passavam muito tempo atendendo pacientes em seus consultórios particulares, o que fazia com que a presença exigida dos cargos de direção não era satisfatória. Então, a cobrança era menor.

Para entender melhor o problema, a direção da Fundação é eleita de 2 em 2 anos. Sempre por chapa única. Os diretores são sempre os mesmos; membros que pertencem à organização desde a sua fundação. Todos possuem atividade médica psiquiátrica e de participação em entidades de classe fora da instituição.

Segundo Maria do Carmo Whitaker (2001, p. 105) alguns passos são importantes para institucionalizar a ética na empresa. Ela defende que todos na empresa devem estar comprometidos para um resultado eficaz. Ele não pode simplesmente ser um documento; tem que estar inserido na vida das pessoas. Isto parte dos líderes, que no caso da Fundação pode ser aplicada aos gestores e fundadores. Como todos tem seus respectivos trabalhos fora da Fundação, não estão todos os dias em contato com os funcionários. A autora considera importante que a vivência e a convivência entre os líderes e funcionários vital para este processo. Portanto, consideramos que a ausência diária da diretoria torna mais difícil alcançar resultados satisfatórios na implementação de um código de ética interna na Fundação. Achemos que outro ponto defendido por Maria do Carmo nunca foi avaliado: quais são os valores e crenças da Fundação. A partir da morte do fundador, David Zimmermann, o direcionamento da instituição se perdeu. Ele idealizou a instituição para que fosse um centro de atendimento para pessoas que necessitassem de atendimento psicológico e psiquiátrico, com o compromisso social que caracterizava seu trabalho.

O percentual de pessoas que não podiam pagar pelo atendimento eram beneficiadas; pessoas com melhores condições pagavam um valor tabelado e acessível pelo atendimento. O foco do trabalho, portanto, era a comunidade. David Zimmermann não precisava do reconhecimento do seu bem fazer, partindo do aspecto filosófico da ética. Ele já tinha o reconhecimento que qualquer profissional deseja como professor do Curso de Medicina da UFRGS. A Fundação era o sonho do bem fazer sem intenções altruístas. Hoje, alguns profissionais ficam vinculados à Fundação com o objetivo do destaque social, deixando em segundo plano o que

deveria ser a característica da instituição. Um percentual ínfimo de pacientes é atendido de graça, contrariando os princípios pelos quais a Fundação foi criada.

## 16 O TRABALHO

De nada adiantava uma busca rápida dos pacientes, se quando fosse procurado o prontuário, estes estavam mal organizados. A criação de uma forma simples de organização, em que todos pudessem encontrar a informação sem que fosse preciso alto grau de conhecimento para isso foi uma preocupação profissional.

O arquivista deve ter consciência de que o plano de classificação precisa ser desenvolvido respeitando a linguagem utilizada dentro da instituição. Se os profissionais utilizam mais de um termo para definir o mesmo assunto, é dever do arquivista reunir representantes dos departamentos e áreas nas quais os arquivos serão organizados, sem desrespeitar termos que sejam de compreensão comum. O código de ética para os profissionais da área de informação nos orienta que todos devem fazer uma classificação e indexação em linguagem que todo o grupo social (lembrando que grupos profissionais é um grupo social) aprove e entenda.

Do ponto de vista ético, acreditamos que um bom profissional deve fazer um trabalho no qual a instituição para a qual foi desenvolvido o sistema de informação possa ser manuseado e alimentado pela própria instituição. Não podemos criar um sistema de escravizar a empresa, vinculando o profissional arquivista garantindo ganhos permanentes. Se a empresa decidir pela manutenção do arquivista, deveria ser uma escolha livre. O caráter de impessoalidade deve ser um dos principais preceitos do arquivista. Todos devem ser treinados e informados dos passos e das particularidades do trabalho feito, sem levar em conta a simpatia ou antipatia que possa ocorrer por parte dos indivíduos pelo trabalho de organização.

O que se nota é, que qualquer tentativa de normalização e de mudança, gera um desconforto, principalmente pelos funcionários mais velhos, gerando desconfiança e desconforto a quem chega com uma nova proposta de trabalho. O profissional arquivista precisa ter em mente que o projeto não é particular, mas sim

deste mesmo coletivo que hostiliza o novo trabalho. O projeto é para benefício deles próprios e nosso dever é sensibilizar os funcionários.

Dentro da estrutura operacional, quem deve ou não ter acesso? Quais são os níveis de acesso?

Profissionais de saúde, principalmente médicos psiquiatras e psicólogos devem observar os preceitos do seu código de ética.

Qualquer atitude profissional que é protegida ou tem o aval da diretoria de uma pessoa jurídica impossibilita a ação do arquivista. Diretores deveriam impor as normas internas de suas corporações sem o pensamento de proteção ao colega de profissão. Na área dos médicos psiquiatras, mais do que na área dos psicólogos, parece que o protecionismo contribuía para a falta de um controle das informações. Não existia uma organização hierárquica rígida. Essa prática que chamamos de “coleguismo”, dentro da concepção de agir institucionalmente, é uma das principais responsáveis pela ausência de poder de cobrança dentro desta instituição de saúde em particular. Acreditamos que os aspectos éticos impostos aos profissionais na área da saúde deveriam ser impostos dentro da Fundação, pois estão intimamente ligados aos aspectos éticos do profissional de arquivista em aspectos de níveis de acesso, controle, conservação e manutenção da organização. Facilitaria o trabalho do arquivista e o ambiente organizacional seria melhor.

Quando nos deparamos com o documento – o prontuário médico – verificamos que a fase inicial do preenchimento e a composição dos itens iniciais do prontuário – ficha de inscrição, folhas de identificação, análise inicial do paciente - estão dentro do padrão que a instituição desejava. Todas as folhas com logotipo da empresa, assinadas pelos responsáveis pelo preenchimento, com todos os dados contemplados. Porém, dentro da discussão dos padrões éticos que devem ser seguidos pelos profissionais dentro da Fundação, o processo evolutivo (acompanhamento da evolução) dos pacientes não era preenchido com um padrão mínimo e aceitável.

As evoluções não eram paginadas dentro dos prontuários; não havia qualquer item diplomático ou qualquer referência (como logotipo) da instituição; não eram muitas vezes identificadas com o número do paciente, nem com data de atendimento, tampouco com a assinatura do médico responsável pelo atendimento. Uma folha de evolução que se soltasse do prontuário não poderia ser reincorporada ao conjunto documental. Um documento sem valor probatório mínimo em formato

papel tornaria ainda mais difícil a prova de sua autenticidade em formato digitalizado. Do ponto de vista do que manda o conselho federal de medicina, o código de ética é desrespeitado. Como arquivistas, nosso papel foi de informar a direção do que estava acontecendo, oferecer soluções e assessorar a implementação das correções.

## **17 NOSSOS PRINCÍPIOS ÉTICOS E A REALIDADE**

Considera-se arquivista o profissional que atua na guarda, conservação, organização, controle e administração de arquivos. No capítulo “Ética Profissional”, fica claro o que seremos consideramos profissionais, quando fizermos parte de um grupo de pessoas formadas e com conhecimento específico dentro da área. Nossa tentativa neste capítulo é passar do olhar do quase formando para o olhar do profissional.

Consideramos fundamentais dentro do nosso trabalho na Fundação o seguinte:

“A atuação do arquivista deve ser sempre orientada pela objetividade e imparcialidade, vis-à-vis os interesses de seus empregadores, proprietários de arquivos e usuários.”

Na Fundação o interesse era de manter a sigilosidade dos prontuários e o acesso restrito, assegurados no Código de Ética Médica. Conseguimos muitos avanços na restrição ao acesso da informação e no respeito ao protocolo de controle.

“O arquivista deve incentivar a implantação de uma política de gestão de documentos na instituição em que atua, através do diálogo com seus empregadores e de palestras que visem conscientizar a todos sobre o ciclo vital dos documentos, e o papel dos arquivos no processo decisório da instituição.”

O trabalho de marketing interno é, mesmo sem intenção, dificultada pelo contratante. Na Fundação nosso trabalho dentro das seções, destacando a importância da organização dos arquivos correntes, foi descartado na primeira reunião. Diziam que não seria necessário. Os arquivos de atividades-meio estão sem classificação e avaliação, tão importantes quanto os prontuários, como documentos que são auxiliares do processo decisório da administração.

“A atuação do arquivista nas atividades de avaliação dos documentos deve levar em consideração a proposta da instituição que os detém, a legislação em vigor e o desenvolvimento da pesquisa.”

Um dos principais problemas da Fundação é a organização da informação quando tratamos de pesquisa. Não ficou clara a política da empresa, principalmente no desenvolvimento da pesquisa. A maioria dos trabalhos de pesquisa é desenvolvida com pacientes ativos, sem que muitas vezes a instituição conserve o material utilizado para o resultado destas pesquisas – questionários, quantidade de pacientes pesquisados, o próprio resultado da pesquisa elaborada – transformando a pesquisa em material desconsiderado para a Fundação como forma de geração de conhecimento.

“O arquivista deve comprometer-se com uma política correta de recolhimento, atuando cooperativamente com os gestores de documentos, de maneira a garantir, desde a origem, os procedimentos destinados à proteção dos documentos de valor permanente.”

Aqui conseguimos, em parte, a sensibilização dos gestores. Por se tratar de

documentação de pacientes psiquiátricos e psicológicos. Existe a promessa do cuidado no preenchimento dos prontuários, de sua guarda em arquivo corrente e da manutenção da organização que implantamos. O manuseio dos prontuários foi um dos pontos que mereceram atenção. Antes armazenados em gavetas de aço e identificados pelo nome, agora são armazenados em envelopes pardos com identificação apenas numérica. O arquivo geral também foi reformulado e desenvolvido com vistas à conservação do documento em fase permanente.

“O arquivista deve assegurar a autenticidade e a integridade dos documentos nos trabalhos de processamento técnico e de conservação.”

No processo de elaboração dos prontuários, acontecia a perda do prontuário quando um paciente suspendia o tratamento. Como não havia organização, era difícil localizar o documento quando o paciente voltava para ser atendido. Então um novo prontuário era aberto. No trabalho desenvolvido por nós, unificamos todos os prontuários do mesmo paciente, respeitando cada uma das épocas em que foram atendidos.

“O arquivista deve respeitar a legislação em vigor referente ao acesso e sigilo, particularmente no que diz respeito à vida privada das pessoas relacionadas à origem ou ao conteúdo dos documentos.”

A Fundação, sob nossa orientação, desenvolveu um trabalho de conscientização dos funcionários administrativos dando atenção ao respeito aos pacientes, priorizando a privacidade e sigilosidade que requer um acervo médico.

“O arquivista deve dispensar a todos os usuários um tratamento cordial, empenhando-se em atendê-los com rapidez e eficiência.”

Esta foi uma das mais difíceis tarefas, e acreditamos que seja uma característica de quem trabalha com a categoria médica. Todos gostam de ser atendidos com eficiência e rapidez, porém sem respeito ao colega que fez uma solicitação de documentos anterior. A satisfação dos profissionais é um esforço particular para o arquivista, que precisa manter a cordialidade mesmo quando o sentimento é contrário.

“O arquivista deve acompanhar o progresso das pesquisas e as inovações desenvolvidas no campo arquivístico de forma a garantir seu aprimoramento profissional e a competente formação da equipe sob sua responsabilidade.”

Os funcionários que foram treinados não demonstraram interesse durante as palestras. No final do trabalho, quando perceberam que seria de vital importância a manutenção da organização - por imposição da gerência e por perceber que era um sistema simples e eficiente – fizeram um treinamento intensivo que acreditamos que não foi suficiente para o entendimento do trabalho.

“O arquivista deve manter o espírito de colaboração e de respeito ao desenvolver trabalhos de cooperação técnica com profissionais de áreas afins, no âmbito ou não da esfera governamental.”

Foi mantido o respeito ao profissional mesmo quando, de forma incisiva, diziam que não era a organização a que estavam acostumados. Foram acordados os termos utilizados na classificação dos prontuários, o material que seria utilizado para acondicionamento, bem como foi respeitado o cronograma para liberação da verba de compra destes materiais.

## 18 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que este trabalho foi importante para o aprendizado que todo arquivista deve ter na área em que está atuando. Arquivos médicos são arquivos especializados, com acesso restrito aos usuários internos autorizados para o manuseio e atualizações dos dados, aos médicos para efetuar as evoluções dos tratamentos e dos pacientes e familiares na forma da lei.

Conseguimos ao longo do trabalho, observar que muitas mudanças foram alcançadas. A principal preocupação era com a falta de um número alto (cerca de 1.200) de prontuários. Não coube a nós encontrar culpados por tal irresponsabilidade. A instituição deveria fazer o levantamento dos possíveis culpados e aplicar as sanções que julgasse necessária. Coube a nós interromper estes acontecimentos a partir da aceitação do projeto.

Durante a elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso, ficamos com a sensação de que é muito difícil pensar a ética pelo preceito puramente filosófico. Porém acreditamos que uma abordagem que incluísse leis às quais somos passíveis de punição quando cometemos algum erro, seja ele proposital ou não, abriria a questão para um trabalho na área do direito. Da mesma forma as relações humanas dentro da Fundação. Existem as separações internas dos profissionais de cada área, onde médicos estão de um lado, psicólogos de outro. Administradores, contadores, arquivistas também ficam de fora de muitas decisões. Existe uma espécie de corporativismo que prejudica o trabalho em conjunto. Os médicos acreditam estar em um nível mais alto do que outros profissionais, em detrimento de todos os outros que fazem com que a instituição mantenha seu funcionamento.

Fomos alvo de comentários depreciativos, vindos de médicos que não queriam mudanças (ou liberdade total). Somente um grupo pequeno de profissionais, que não chegava a 10 psiquiatras, reconheceu que a tomada de iniciativa da direção era necessária. Pensamos na questão ética do arquivista ao fazer tais revelações, mas consideramos necessárias para informação dos profissionais que chegarão ao mercado de trabalho no futuro.

O fato de a direção optar por estudantes de arquivologia para desenvolver o projeto causou desconfiança. Porém a escolha se deu por absoluta falta de verba

para contratação de uma empresa especializada, que era o plano inicial. A oportunidade de trabalho para pessoas em formação viabilizaria o trabalho, diminuindo os custos e promovendo a universidade. Não nos pareceu ético a contratação sem qualquer vínculo; sem assinatura de contrato de estágio, pois nós simplesmente não existíamos dentro da organização e a idéia de promover a instituição de ensino permaneceu no campo do ideal.

Nas reuniões sentimos o peso da inexperiência na área, pois quase todas as nossas solicitações eram descartadas. Faltou um conhecimento maior de marketing em sistemas de informação. Alguns alunos cursaram a disciplina por ser oferecida de forma opcional, mas direcionada para bibliotecários. Os materiais solicitados em reunião foram escolhidos pelo menor preço, de uma qualidade inferior que não justificava uma diferença ínfima. O atraso na entrega dos materiais mudou os prazos de apresentação dos resultados, criando uma expectativa em quem desconhecia a situação de que não tínhamos responsabilidade pelo projeto e que não faríamos o trabalho; uma questão de cunho ético forte. Fomos desrespeitados pelo desconhecimento das nossas atribuições e atividades.

Finalmente, o trabalho satisfaz os problemas de análise ética. Lembramos que os fatos revelados neste TCC são de caráter informativo; não são acusações a uma linha de trabalho institucional ou um desabafo. São constatações de como a ética profissional e a realidade nos confundem, cabendo ao bom senso de cada um a decisão da melhor solução aos dilemas éticos que todos os arquivistas encontrarão.

## REFERÊNCIAS

Associação dos Arquivistas Brasileiros. **Princípios éticos do arquivista**. Disponível em <http://www.aab.org.br/>. Acesso em 20 de outubro de 2009 às 21:05.

CIRNE, Maria Teresa; FERREIRA, Sonia Maria. **A ética para os profissionais da informação audiovisual: o dever tecnológico a moldar uma atitude**. In: Cadernos de biblioteconomia, arquivística e documentação BAD. Lisboa: Ed. Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 2002. Nº 001, p. 115 - 129.

COHEN, Claudio; Segre, Marco. **Breve discurso sobre valores, moral, eticidade e ética**. São Paulo: EDUSP. 1994, 19-24.

Conselho Federal de Medicina. **Código de ética médica**: resolução CFM n. 1.246/88. 5. ed. Brasília: CFM, 2003. 64 p.

Conselho Federal de Psicologia (Brasil). **Código de ética profissional do psicólogo**. Brasília: O Conselho, 2005. 18p.

CUNHA, Mirian Vieira da; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi. **O mundo do trabalho na sociedade do conhecimento e os paradoxos das profissões da informação**. In: Atuação profissional na área de informação. São Paulo: Polis, 2004, p. 41-54.

FEDERASUL. **Ética**. Forum Federasul de Ética. Porto Alegre: Federasul, 2001. 221 p.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; PINHO, Fábio Assis; ALMEIDA, Carlos Cândido; MILANI, Suellen Silveira. **Aspectos éticos da organização da informação**: abordagens teóricas acerca da questão dos valores. In: A ética na sociedade, na área da informação e da atuação profissional : o olhar da filosofia, da sociologia, da ciência da informação e da formação e do exercício profissional do bibliotecário no Brasil. Brasília, DF: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2009. P. 94-113.

OLIVEIRA, Vânia Franco de. **Projeto de revitalização e modernização dos arquivos médicos**. Disponível em [www.asocarchi.cl/DOCS/118.pdf](http://www.asocarchi.cl/DOCS/118.pdf). Acesso em 21 de outubro de 2009, 20:23.

RODRIGUES, Ana Vera Finardi; CAMPOS, Isabel Merlo; MIRANDA, Celina Leite. **Ética em pesquisas e publicações científicas**. In: Em Questão : revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS. 2006, v.12. V.1, jan/jun, p.33-50.

SÁ, Antônio Lopes de. **Ética profissional**. 2ª Ed. São Paulo: Editora Atlas, 1998.

SOUZA, Francisco das Chagas de. **Ética e deontologia**: textos para profissionais

atuantes em bibliotecas. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002. 165 p.

VALENTIM, Marta Ligia Pomim. **Ética profissional na área de ciência da informação**. In: Atuação profissional na área de informação. São Paulo: Polis, 2004, p. 55-69.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

WHITAKER, Maria do Carmo; MOREIRA, Joaquim Manhães. **Código de ética: ter ou não ter?**. In: Forum Federasul de Ética. **Ética**. Porto Alegre: Federasul, 2001, p. 100-133.